



BOLETIM

GEOCORRENTE

ANO 5 • Nº 102 • 19 DE SETEMBRO DE 2019

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica/Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção "Temas Especiais".

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporciona uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 350 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade única dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do BOLETIM GEOCORRENTE poderão ser encontrados na home page da EGN:

<https://www.marinha.mil.br/egn/boletim_geocorrente>



DIRETOR DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

EDGAR LUIZ SIQUEIRA BARBOSA

**SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS
GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL**

MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA

CONSELHO EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL

LEONARDO FARIA DE MATTOS (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

JANSEN COLI CALIL NASCIMENTO ALMEIDA DE OLIVEIRA (EGN)

JÉSSICA GERMANO DE LIMA SILVA (EGN)

NOELE DE FREITAS PEIGO (FACAMP)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (UFRJ)

PEQUISADORES DO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

ÁFRICA SUBSAARIANA

DAVID SEVERO PEREIRA FRANÇA PINTO (UERJ)

FRANCO NAPOLEÃO AGUIAR DE ALENCASTRO GUIMARÃES (PUC-RIO)

JOÃO VICTOR MARQUES CARDOSO (UNIRIO)

VIVIAN DE MATTOS MARCIANO (UFRJ)

AMÉRICA DO SUL

ADRIANA ESCOSTEGUY MEDRONHO (EHES)

BEATRIZ MENDES GARCIA FERREIRA (UFRJ)

CARLOS HENRIQUE FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (UFRJ)

GABRIELA DE ASSUMPÇÃO NOGUEIRA (UFRJ)

JOÃO FELIPE DE ALMEIDA FERRAZ (UFRJ)

PEDRO EMILIANO KILSON FERREIRA (UNIVERSIDAD DE SANTIAGO)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

ANA CLÁUDIA FERREIRA DA SILVA (UFRJ)

CAROLINA CÔRTEZ GÓIS (PUC-RIO)

JÉSSICA PIRES BARBOSA BARRETO (EGN)

VICTOR CABRAL RIBEIRO (UFRJ)

VICTOR EDUARDO KALIL GASPAS FILHO (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

GABRIELE MARINA MOLINA HERNANDEZ (UFF)

LAILA NEVES LORENZON (UFRJ)

PEDRO ALLEMAND MANCEBO SILVA (UFRJ)

EUROPA

ARIANE DINALLI FRANCISCO (UNIVERSITÄT OSNABRÜCK)

DANIEL SANTOS KOSINSKI (UFRJ)

DOMINIQUE MARQUES DE SOUZA (UFRJ)

GLAYCE KEROLIN RODRIGUES MAXIMIANO (UFRJ)

MATHEUS SOUZA GALVES MENDES (EGN)

MELISSA ROSSI (SUFFOLK UNIVERSITY)

THAÏS ABYGAËLLE DEDEO (UNIVERSITÉ DE PARIS 3)

LESTE ASIÁTICO

ELY PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (UERJ)

JOÃO PEDRO RIBEIRO GRILO CUQUEJO (IBMEC)

MARCELLE TORRES ALVES OKUNO (IBMEC)

PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)

RODRIGO ABREU DE BARCELLOS RIBEIRO (UFRJ)

VINÍCIUS GUIMARÃES REIS GONÇALVES (UFRJ)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

ALESSANDRA DANTAS BRITO (EGN)

ANA LUIZA COLARES CARNEIRO (UFRJ)

ANDRÉ FIGUEIREDO NUNES (ECEME)

SHAKILA DE SOUSA AHMAD (UFRJ)

TAYNARA RODRIGUES CUSTÓDIO (EGN)

RÚSSIA & Ex-URSS

JOSÉ GABRIEL DE MELO PIRES (UFRJ)

PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)

PÉRSIO GLÓRIA DE PAULA (UFF)

SUDESTE ASIÁTICO

MATHEUS BRUNO FERREIRA ALVES PEREIRA (UFRJ)

THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)

VINÍCIUS DE ALMEIDA COSTA (EGN)

SUL DA ÁSIA

JOÃO MIGUEL VILLAS-BOAS BARCELLOS (UFRJ)

MARINA SOARES CORRÊA (UFRJ)

REBECA VITÓRIA ALVES LEITE (EGN)

TEMAS ESPECIAIS

BEATRIZ VICTÓRIA ALBUQUERQUE DA SILVA RAMOS (EGN)

LOUISE MARIE HUREL SILVA DIAS (LONDON SCHOOL OF ECONOMICS)

ÍNDICE

AMÉRICA DO SUL

A complexidade geopolítica da fronteira colombo-venezuelana 4

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Pressões estadunidenses: AMLO frente a crise migratória..... 4

Novo sistema caça-minas será empregado pela Marinha estadunidense..... 5

ÁFRICA SUBSAARIANA

São Tomé e Príncipe e a vocação marítima 5

EUROPA

Egito, República do Chipre e Grécia reforçam intenção de cooperação energética...6

Yellowhammer: o pior cenário do Brexit 7

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Xisto: esperança de crescimento econômico para o Bahrein? 7

O papel dos Emirados Árabes Unidos como hub marítimo internacional 8

RÚSSIA & Ex-URSS

Fórum Econômico Oriental e as relações russo-indianas 9

LESTE ASIÁTICO

A Marinha da China acompanhando a expansão comercial marítima do país 9

SUL DA ÁSIA

Índia pronta para comissionar mais um submarino 10

Concepções da Marinha paquistanesa: a cooperação como estratégia 10

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

O megaprojeto indonésio: erguendo uma nova capital a partir do zero 11

ÁRTICO & ANTÁRTICA

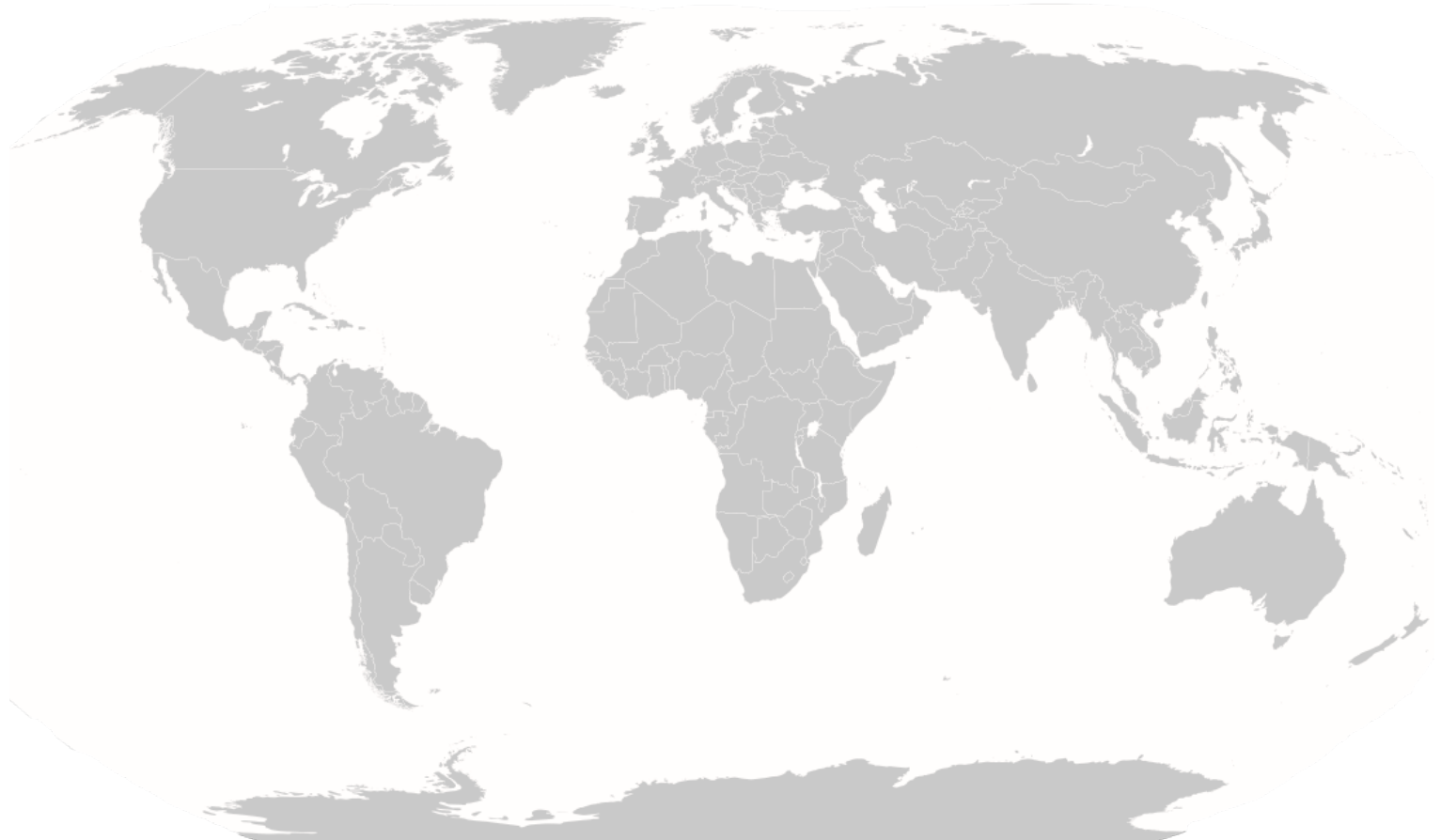
Trump deve vetar legislação que visa proteger santuário ambiental no Ártico 12

Artigos Seleccionados & Notícias de Defesa..... 13

Calendário Geocorrente..... 13

Referências..... 14

REGIÕES ABORDADAS NESTA EDIÇÃO



Clique no círculo para ser redirecionado ao texto relacionado

A complexidade geopolítica da fronteira colombo-venezuelana

Adriana Escosteguy Medronho

A situação fronteiriça colombo-venezuelana tem alcançado elevados graus de complexidade geopolítica desde 2016 ([Boletim 85](#)). Atualmente, a fronteira enfrenta a intensa atividade de tráfico de narcóticos e de produtos básicos, a deflagração de conflitos em razão de disputas territoriais entre grupos armados colombianos e venezuelanos, e uma crise migratória envolvendo 1,4 milhão de venezuelanos refugiados para a Colômbia. Recentemente, ex-integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) – extintas em 2016, em virtude do acordo de paz firmado com o então governo colombiano de Juan Manuel Santos – alegaram que o atual presidente colombiano, Iván Duque, descumpriu compromissos do Acordo desde que assumiu a presidência (2018). Outrossim, a Polícia Nacional da Colômbia estima que mais de 14% dos guerrilheiros desmobilizados retornaram à ativa.

O desdobrar desta conflituosa relação alcançou seu ápice em 30 de agosto de 2019, quando Duque acusou o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, de proteger um dos principais ex-comandantes das FARC, Iván Márquez, que anunciara a retomada da luta armada. Em resposta, Maduro condenou a acusação e buscou reativar a coesão da Força Armada Nacional Bolivariana através do incremento do efetivo que está participando do exercício militar anual, “Soberania e Paz”, de 10 a

28 de setembro. Maduro conta com um adicional de 3 mil soldados venezuelanos mobilizados na fronteira com a Colômbia, além dos sistemas de defesa antiaérea da principal exportadora russa de armamentos, a *Rostec*.

O representante especial dos Estados Unidos para a Venezuela, Elliott Abrams, declarou em 10 de setembro que Duque contará com total apoio norte-americano no caso da deflagração de um conflito. Por conseguinte, a Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou em 12 de setembro de 2019 a ativação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) – com o apoio, dentre outros 9 países, dos Estados Unidos, Brasil e Colômbia – a pedido de aliados do autoproclamado presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó. Não obstante a improbabilidade de uma intervenção militar na Venezuela, dados a complexidade da região e o apoio russo ([Boletim 90](#)), o resultado da próxima reunião de chanceleres dos países-membros da OEA, prevista para o final de setembro, poderá pôr em xeque as negociações iniciadas em agosto entre o governo norte-americano e o vice-presidente do partido governista venezuelano, Diosdado Cabello. Estas consideravam a possibilidade de uma solução pacífica à crise venezuelana que contemplaria uma estratégia de saída menos onerosa para Maduro.

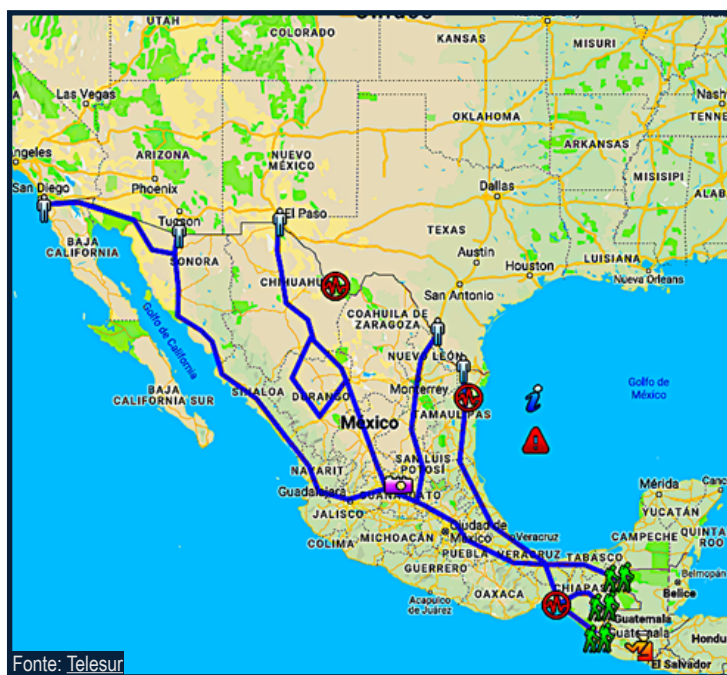
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Pressões estadunidenses: AMLO frente a crise migratória

Carolina Côrtes

No primeiro semestre de governo, o presidente do México, Lopez Obrador, triplicou o número de deportações de imigrantes centro-americanos em território mexicano, representando a cifra mais alta dos últimos três anos, segundo o Instituto Nacional de Migração. Com a justificativa de ordenamento e regularização da situação migratória na região, o presidente mexicano contradiz a postura progressista adotada durante a campanha eleitoral e aplicada nos dois primeiros meses de governo, quando permitiu a entrada maciça de imigrantes em seu território. Segundo Obrador, sua postura não foi modificada, mas, sim, houve um aumento do fluxo migratório, o que demandou um endurecimento nas medidas de trânsito de imigrantes e um aumento da atuação das operações policiais, visando ao combate e à segurança contra o crime organizado, muito presente no território mexicano.

Apesar das alegações de Lopez Obrador, acredita-se que esse passo contrário ao progressismo inicialmente adotado de abertura aos migrantes se dá devido às >>



Fonte: Telesur

pressões estadunidenses que, ademais da adoção de um discurso anti-imigratório de Trump, visualizou em 2018 um aumento expressivo de imigração ilegal. Com origem principalmente da tríade centro-americana (Guatemala, El Salvador e Honduras), esses desdobramentos se dão concomitantemente à crise de violência instaurada nessa região que, como consequência, produziu a taxa mensal mais alta de detenções feitas pelos EUA na fronteira mexicana, desde 2007.

Assim, a partir de ameaças tarifárias, construções de muros e pressões econômicas por parte dos EUA, o governo de Obrador viu-se mudando o rumo de sua política planejada inicialmente, restringindo o acesso a

visto humanitário, diminuindo o número de concessões, limitando a mobilidade dentro de seu território e aumentando as detenções de imigrantes na fronteira norte, o que consequentemente intensificou a crise migratória na região. A tendência da situação é piorar, já que um fator importante a ser destacado é a proximidade das eleições estadunidenses e, em um cenário onde Donald Trump almeja uma reeleição, torna-se interessante para ele a adoção de uma postura cada vez mais rígida frente à atual crise migratória, cumprindo o que foi prometido durante sua campanha eleitoral, garantindo, assim, votos suficientes para um possível segundo mandato.

Novo sistema caça-minas será empregado pela Marinha estadunidense

Victor Gaspar Filho

A Marinha estadunidense testou, em setembro de 2019, um novo método de caçar minas, enviando um barco autônomo dotado de um sistema de sonar que localiza os explosivos submersos, cataloga-os e em seguida aciona outro sistema autônomo capaz de destruí-lo. O veículo adotado pela Marinha é o *Common Unmanned Surface Vehicle* (CUSV), desenvolvido pela *Textron*, aproximadamente do tamanho de uma voadeira. A embarcação é dotada de um radar *AQS-20*, assim como de um segundo sistema autônomo próprio para destruir os explosivos, chamado *Barracuda Expendable Mine Neutralizer*, ambos produzidos pela *Raytheon*.

As minas, explosivos capazes de negar o uso do mar em determinadas áreas, são especial preocupação da Marinha estadunidense na navegação no Pacífico Ocidental, em especial no Mar do Sul da China. De acordo com publicações da última década feitas em revistas de defesa e segurança na China, o uso dessas armas constitui parte relevante de sua doutrina militar naval. Um artigo de 2015, publicado na revista *Modern Ships*, menciona um estudo elaborado pela Universidade de Defesa Nacional chinesa em que uma missão de 4

a 6 dias teria o potencial de lançar de 5 a 7 mil minas navais na hipótese, por exemplo, de uma declaração de independência de Taiwan, sendo seguido de uma segunda fase com capacidade para mais 7 mil minas.

A negação do uso do mar é particularmente priorizada na primeira cadeia de ilhas próximas ao continente asiático. A distribuição dessas minas pode se dar pelo emprego de quase 500 navios, aeronaves, submarinos e até mesmo barcos de pesca. Outro estudo chinês demonstra que minas chamadas de *water-exit attack* também podem ser empregadas. Estas não explodem ao detectar embarcações, mas emergem e lançam um míssil de curto alcance capaz de abater embarcações e aeronaves.

A Marinha norte-americana tem como objetivo adotar esse novo sistema ainda neste ano. O procedimento, além de aumentar a segurança na neutralização de minas, é também responsável por reduzir a cerca de um terço o tempo necessário para cumprimento da missão, que normalmente pode durar semanas e impedir a navegação em largas porções do oceano.

ÁFRICA SUBSAARIANA

São Tomé e Príncipe e a vocação marítima

Franco Alencastro

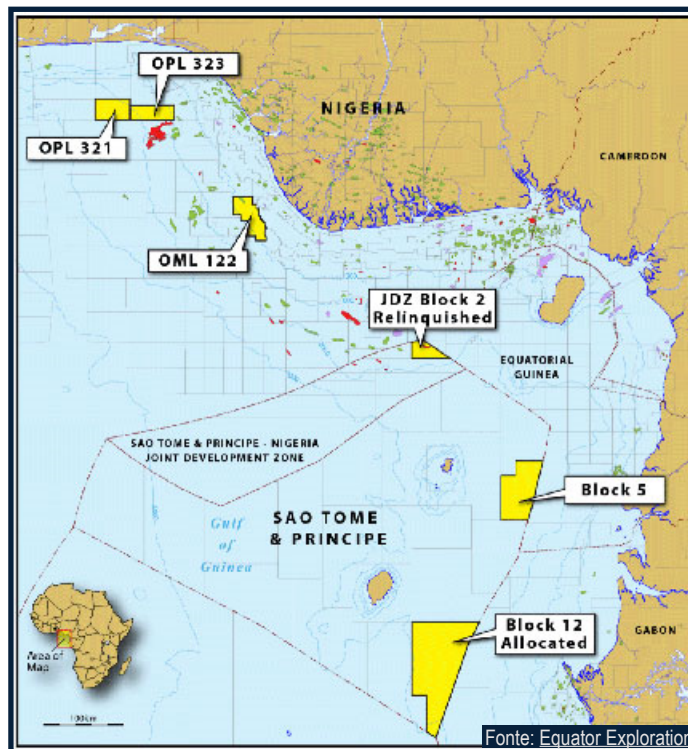
No dia 06 de setembro de 2019, foi celebrado o Dia das Forças Armadas em São Tomé e Príncipe. Em ao menos um aspecto, a celebração foi, no entanto, diferente de anos anteriores: em seu discurso oficial, o presidente Evaristo Carvalho defendeu uma profunda reorganização das Forças Armadas, ao alegar que o país insular “não pode manter e nem conservar as forças militares que tem hoje”.

O argumento de Carvalho aponta, de um lado, para as dificuldades de se organizar as Forças Armadas em um país de reduzida população e recursos: São Tomé e Príncipe é um dos menores e menos populosos países

do continente africano, com apenas 200 mil habitantes. O país possui, ainda, meios e recursos econômicos limitados, com um orçamento nacional que depende em mais de 80% de cooperação internacional para o desenvolvimento, a qual raramente contempla as Forças Armadas. Por outro lado, o argumento não deve ser interpretado como um apelo à redução do efetivo, e, sim, à reorientação das prioridades de defesa do Estado insular. A Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do país, por exemplo, se estende por 130 mil km², contra os >> 1000 km² de terra firme, e possui riquezas consideráveis em termos de biodiversidade e pesca. Acordos foram

assinados, ainda, no início deste ano, visando prospectar possíveis reservas de hidrocarbonetos na ZEE.

Dessa forma, assim como as perspectivas de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe passam por seus recursos marítimos, também estes devem nortear sua política de defesa. O país, notadamente, tem tido de enfrentar, em anos recentes, a pesca predatória por navios chineses e espanhóis, sem que possa responder adequadamente. A Guarda Costeira do país é de organização recente, datando de um projeto de cooperação com as Marinhas do Brasil e de Portugal, em 2012. A cooperação internacional tem atuado para fortalecer a segurança marítima do estado africano, com o auxílio técnico do Brasil em anos recentes. Face aos meios limitados disponíveis ao país, é provável que a reorientação da política de defesa de São Tomé e Príncipe, rumo a uma verdadeira vocação marítima, dependerá consideravelmente desses esforços de cooperação, nos quais o Brasil poderá desempenhar posição de destaque no Atlântico Sul.



EUROPA

Egito, República do Chipre e Grécia reforçam intenção de cooperação energética

Melissa Rossi

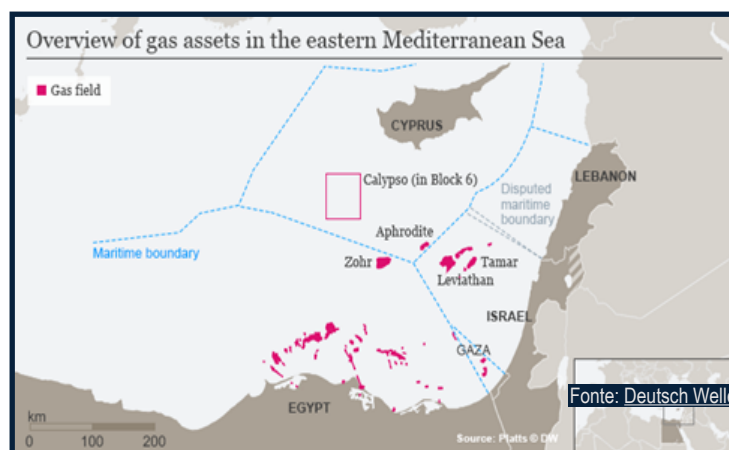
No dia 30 de julho de 2019, o ministro das Relações Exteriores egípcio, Sameh Shoukry, iniciou uma viagem oficial no leste do Mediterrâneo, onde visitou Atenas e Nicósia, com o intuito de reforçar as boas relações políticas e econômicas entre Egito, Grécia e República do Chipre. O interesse em uma aliança econômica por parte do Cairo, sobretudo em relação à cooperação energética para exploração de hidrocarbonetos, tem se intensificado em razão da descoberta de novas reservas de gás natural no Mediterrâneo Oriental. Contudo, a região ainda enfrenta sérios desafios geopolíticos, devido às crescentes tensões provocadas por disputas marítimas entre a Turquia e a República do Chipre ([Boletim 100](#)).

A descoberta de imensas reservas na zona econômica exclusiva (ZEE) do Egito e da República do Chipre abre espaço para uma cooperação energética em larga escala na região. O campo de Zohr, localizado na ZEE do Egito, é a maior descoberta de gás natural no Mediterrâneo, com aproximadamente 850 bilhões m³ de gás. A descoberta, realizada em 2005, pode garantir a independência energética do Cairo. Em 2011, outra descoberta significativa foi feita na ZEE da República do Chipre: o campo de gás, explorado pela petroleira americana *Noble Energy Inc.* e conhecido como Afrodite, possui estimados 200 bilhões m³ de gás natural.

O Egito e a República do Chipre assinaram um acordo em setembro de 2018 que pretende ligar o campo de Afrodite à planta egípcia de liquefação de gás de Idku,

próxima à Alexandria. A vantagem estratégica desta cooperação possibilitará a distribuição do gás cipriota e egípcio para o mercado europeu, que vê com bons olhos a diversificação do mercado de gás e a diminuição da dependência do gás russo.

Desde janeiro de 2019, o Fórum de Gás do Mediterrâneo Oriental (EMGF, sigla em inglês), composto por Israel, República do Chipre, Egito, Grécia, Itália, Jordânia e Autoridade Palestina, tem discutido oportunidades de cooperação ([Boletim 86](#)). Tanto a Turquia quanto o Líbano ficaram de fora das discussões. O crescente isolamento econômico e político da Turquia por parte dos seus vizinhos é uma possível causa para o aumento de tensões provocado por Ancara, que recentemente enviou dois navios de perfuração para atuar dentro da ZEE cipriota.



Yellowhammer: o pior cenário do Brexit

Matheus Mendes

O documento intitulado Operação "Yellowhammer" foi finalmente publicado pelo governo britânico na última semana antes do recesso do Parlamento britânico, que só retornará no dia 14 de outubro deste ano. O texto de cinco páginas aborda o pior cenário que o Reino Unido pode atravessar a partir do primeiro dia em que não pertencer mais à União Europeia (UE). Após pressão do Parlamento, foi autorizada a publicação do relatório que já havia sido vazado pelo jornal *Sunday Times* em 18 de agosto. O conteúdo não foi disponibilizado de maneira integral, mantendo um artigo oculto.

De maneira geral, o texto trata de uma relação hostil entre os britânicos e a UE. O Reino Unido se tornaria um "terceiro país" para a Organização e perderia todos os acordos bilaterais que possui, salvo a República da Irlanda. Ademais, considera que empresas maiores tenderiam a suportar melhor as circunstâncias do que pequenos e médios negócios. Haveria disrupção em diversos setores, sobretudo o de transportes e aqueles que dependem deste, como o alimentício, a medicina, a agroindústria e de combustíveis.

O documento ainda apresenta como a França reagiria negativamente ao primeiro dia, com barreiras

alfandegárias na costa do país. Em Gibraltar, haveria problemas na fronteira com a Espanha, pela dificuldade de circulação de suprimentos, assim como de pessoas que moram e trabalham na região. Além disso, entende que outras dependências da Coroa podem sofrer igualmente. No que diz respeito ao mar, pode se tornar um assunto de segurança nacional: estão previstas atividades de pesca ilegal; violações de fronteira, como contrabando e migração ilegal; disputas marítimas, como demonstrou a Guerra das Vieiras ([Boletim 80](#)); e o bloqueio de portos no continente.

O primeiro-ministro Boris Johnson está sob forte pressão. Ele acumula derrotas no Parlamento e é acusado de desafiar a lei que impede o país de sair sem acordo. Ele tem até o encontro da UE de 17 e 18 de outubro para definir se haverá um acordo ou se pedirá nova prorrogação, algo que nem o governo nem os Estados-Membros estão dispostos a fazer. Johnson deseja sair definitivamente no dia 31 de outubro deste ano e o único caminho para que isso ocorra é aceitar o *backstop* da Irlanda, criando uma fronteira alfandegária dentro do próprio Reino Unido.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Xisto: esperança de crescimento econômico para o Bahrein?

André Nunes

No início de abril de 2018, o sheik Mohammed bin Khalifa al-Khalifa, ministro do petróleo do Bahrein, anunciou a descoberta de uma imensa reserva de xisto localizada no mar territorial do país, na Bacia de *Khaleej al-Bahrain*, com um volume estimado de até 80 bilhões de barris de petróleo e 560 bilhões de m³ de gás natural. A expectativa é que a fase de produção tenha início a partir de 2023.

Antes do anúncio, as reservas conhecidas do Bahrein eram estimadas em pouco mais de 100 milhões de barris de petróleo e 92 bilhões de m³ de gás conforme o *OAPEC Annual Statistical Report 2017*, da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), com dados de 2016. A escolha das estatísticas fornecidas pela OPAEP se deu pelo fato de a organização reunir os números de óleo e gás do país em um documento único. De acordo com o relatório, o Bahrein é o menor produtor de petróleo do Golfo e o segundo menor de gás, à frente do Iraque.

O volume dessa reserva estimada em *Khaleej al-Bahrain* promove o pequeno país insular do Golfo à liderança das reservas mundiais comprovadas de xisto, no que diz respeito ao petróleo. Dessa forma, com 80 bilhões de barris, o Bahrein ultrapassaria os Estados Unidos e a Rússia, com 78,2 e 74,6 bilhões de barris, nesta ordem, segundo o *World Shale Resource Assessments*,

publicação do *US Energy Information Administration* (EIA), do Departamento de Energia norte-americano. Porém, os dados mais atualizados do EIA correspondem a informações de 2013, para a Rússia, e 2015 para os EUA. Portanto não é possível afirmar se o Bahrein detém ou não a maior reserva de xisto do mundo. >>



Embora a exploração dos recursos de *Khaleej al-Bahrain* seja considerada custosa e ainda não tenha sido divulgada uma estimativa de quantos barris sejam viáveis comercializar, há a expectativa de que tanto o petróleo quanto o gás ali presentes possam contribuir para o crescimento econômico do país. Isso ocorreria

não só por meio do mercado de exportação, já que o país é dependente da comercialização de óleo e gás para geração de grande parte de suas receitas internas, mas também pela atração de investimento de empresas estrangeiras do setor.

O papel dos Emirados Árabes Unidos como *hub* marítimo internacional

Ana Luiza Colares

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) localizam-se às margens do Golfo Pérsico, sendo, desta forma, um *hub* para diversas embarcações vindas da Ásia com destino ao Ocidente. A rota marítima que se inicia no Golfo Pérsico e atravessa o Mar Vermelho é uma das principais rotas de comércio mundiais, demonstrando a importância dos portos dos Emirados neste trajeto.

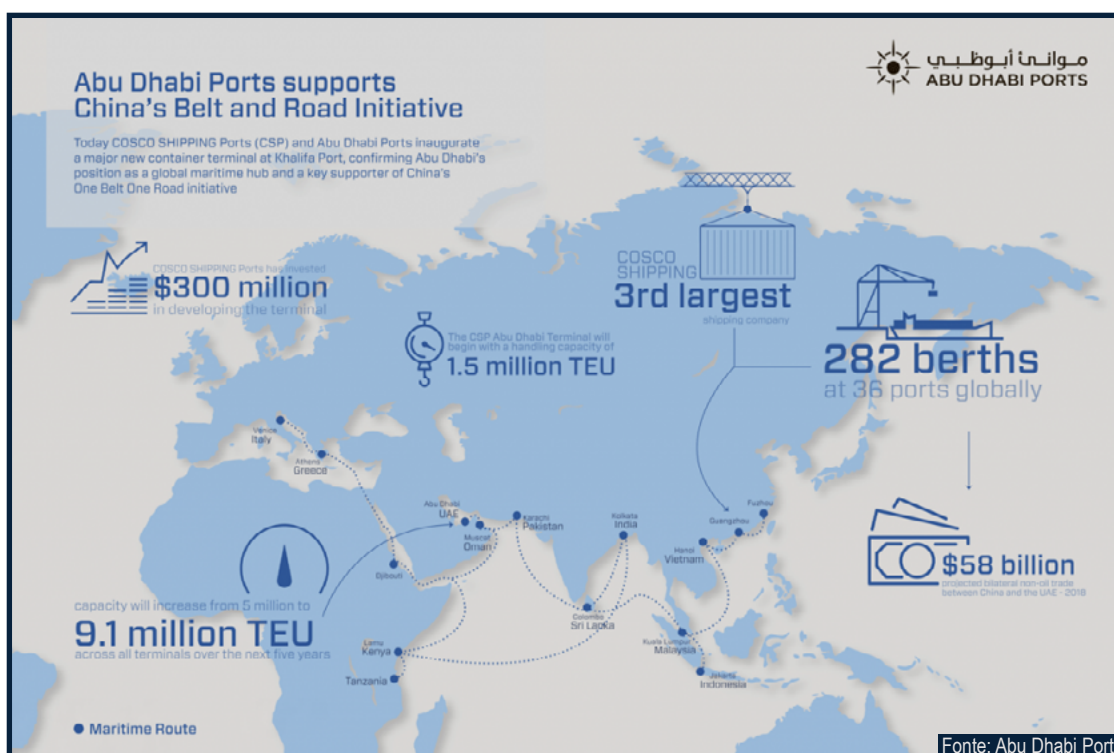
Em dezembro de 2017, os EAU tornaram-se membros do Conselho da *International Maritime Organization* (IMO) pela categoria B, isto é, participam ativamente do grupo de 10 Estados com maior interesse marítimo internacional. Desde então, o governo tem investido para alavancar sua importância marítima global, principalmente em Dubai, cidade eleita como o principal *hub* marítimo na região do Oriente Médio, África e Índia, e o 9º em avaliação global, de acordo com o *Leading Maritime Capitals 2019*. O setor marítimo de Dubai contribui com aproximadamente 7% do PIB do país, o equivalente a US\$ 7,3 bilhões, de acordo com a Associação Marítima da Cidade de Dubai (DMCA, em inglês).

O principal porto comercial do país, o *Khalifa Port*, localiza-se em Abu Dhabi. Na cidade vizinha Dubai, são cinco terminais marítimos e um em fase de finalização,

previsto para ser inaugurado no final do corrente ano. Estes se incluem nos atuais 12 portos comerciais que existem nos Emirados Árabes Unidos, por onde passa 61% da carga internacional destinada aos países do Conselho de Cooperação do Golfo.

Após ser eleito para o Conselho da IMO, os EAU assinaram importantes parcerias com os principais clusters marítimos globais. No final de 2018, foi assinado um acordo com a *Cosco Shipping Ports* (CSP), empresa chinesa de agenciamento marítimo, inaugurando o *CSP Abu Dhabi Terminal* no *Khalifa Port*, incluindo os EAU como parte da rede global de portos da CSP e contribuindo com uma maior conexão entre o país e o *Belt and Road Initiative*.

Os EAU têm um favorável cenário de crescimento devido à sua posição estratégica e à gradual mudança da economia global para uma maior participação da China no comércio internacional, com quem os Emirados Árabes possuem uma relação próxima. Em contrapartida, uma ameaça atual é a problemática questão de sua participação na guerra civil do Iêmen, onde ocorre uma fragmentação e possível afastamento da Arábia Saudita ([Boletim 101](#)), atualmente o país mais influente da Península Arábica.



Fórum Econômico Oriental e as relações russo-indianas

Pérsio Glória de Paula

Nos dias 4 e 5 de setembro de 2019, o presidente russo Vladimir Putin e o primeiro-ministro indiano Narendra Modi encontraram-se em Vladivostok para a realização simultânea do 5º Fórum Econômico Oriental e da 20ª Cúpula Anual Índia-Rússia. Criado em 2015, o Fórum Econômico Oriental faz parte da iniciativa russa de diversificação de parcerias na Ásia, dadas as tensões nas relações com os países ocidentais. A 5ª edição do evento contou com a participação de mais de 8.500 delegados de 65 países, dos quais se destacaram as delegações da Índia, China, Japão, Coreia do Sul e Coreia do Norte. As diversas reuniões temáticas do Fórum abordaram projetos de infraestrutura transnacional, iniciativas de cooperação técnica e econômica e melhorias para as condições de investimento e negócios. Além disso, foram assinados mais de 270 acordos, com um valor total de mais de US\$ 52 bilhões.

Apesar desses números, o destaque do evento foi o encontro bilateral entre Putin e Modi, que ressaltou o papel estratégico das relações russo-indianas. Os dois realizaram visitas às instalações navais russas, assinaram acordos e participaram de uma conferência

de imprensa. O encontro destacou tanto a tradicional parceria industrial-militar dos dois países quanto expôs o interesse mútuo para a ampliação da cooperação em outras áreas. Em âmbito militar, o destaque foi para projetos na indústria naval e o desenvolvimento conjunto do novo fuzil de assalto *AK-203*, que deverá equipar o exército indiano. Em âmbito econômico e civil, além do aprofundamento da cooperação nos setores nuclear e espacial, foi proposta uma nova parceria no setor energético, com a participação da Índia na exploração de óleo e gás no Ártico e no Extremo-Oriente russo.

No aspecto geopolítico, ressalta-se a importância de Nova Déli na estratégia russa de diversificação de parcerias e em seu projeto de ordenamento internacional multipolar. Junto com a China, a Índia é uma peça-chave na estratégia de Moscou para a contenção do unilateralismo dos EUA, fato destacado pela denominada Doutrina Primakov, que prevê a articulação das potências eurásianas para o balanceamento do poder estadunidense. Para a Índia, a nova parceria energética com Moscou pode reduzir a dependência do país de importações de óleo e gás do Oriente Médio.

LESTE ASIÁTICO

A Marinha da China acompanhando a expansão comercial marítima do país

Philippe Alexandre

É incontestável que a China reconheça a importância do mar para o seu desenvolvimento nacional. Para além da questão do Mar do Sul da China (MSC), o gigante asiático tem atuado em outros espaços marítimos por diversas áreas. Apoiados no grande capital estatal e motivados por um desejo histórico de assegurar suas rotas marítimas críticas, as empresas de transporte e administração portuária estatais do país vêm consolidando uma rede global de portos e terminais de logística em locais estratégicos na Europa, na América Latina, na África e no Oceano Índico.

É responsabilidade da Marinha chinesa a defesa das principais linhas de comunicação marítima contra possíveis interrupções, especialmente nos pontos focais, o que exige a capacidade de manter uma presença marítima em locais distantes sob condições adversas e por longos períodos. A partir dos anos 2000, o foco da política naval chinesa mudou para o que a China chama de “Mares Longínquos”, isto é, em direção às águas além da “primeira cadeia de ilhas”, que delimita o MSC. Reconhecendo, assim, que as instalações portuárias são partes essenciais para a segurança marítima e em prol

do comércio, a China decidiu construir ou assumir o controle de uma rede portuária.

Como resultado, Pequim criou, em 2017, uma empresa que opera globalmente com todo o apoio financeiro e militar: a *China COSCO Shipping Corporation Limited*. Investimentos maciços em portos e infraestrutura relacionada à logística, ao transporte terrestre, à energia e às telecomunicações são peça central da estratégia da China para alcançar influência marítima e política global, evitando o risco de um confronto direto com os EUA ou outras nações com interesses marítimos globais. Um dos principais projetos da companhia é o Porto de Pireu na Grécia por conta da sua posição estratégica no Mediterrâneo.

A base chinesa no Djibuti, dentre muitos outros, são exemplos da larga e rápida expansão da fronteira marítima da China, o que implica profundas reformas nas forças armadas, em especial a sua Marinha, para assegurar tais empreendimentos. Ademais, cabe lembrar, que tudo o que foi exposto acima faz parte do grande projeto de projeção internacional chinês: a Nova Rota da Seda, lançado em 2013.

Índia pronta para comissionar mais um submarino

João Miguel Villas-Bôas

A Índia deu mais um passo na direção do fortalecimento do seu Poder Naval, ao se preparar para comissionar o segundo submarino da classe *Kalvari*. A embarcação de ataque (diesel-elétrico) é fruto de uma parceria com a França, que prevê a construção de seis unidades do modelo *Scorpène*. O acordo assinado em 2006 entre a empresa de defesa estatal francesa *Naval Group* e alguns estaleiros indianos, dentre eles o *Mazagon Dock Limited* (MDL), prevê transferência de tecnologia e promete fortalecer a capacidade da Marinha indiana de negação do mar aos possíveis inimigos do país asiático.

Apesar de sofrer alguns atrasos devido a problemas técnicos, ao que tudo indica, o *INS Khanderi* deve ser comissionado ainda em setembro. O submarino deve ser armado, temporariamente, com os torpedos de fabricação alemã *AEG-SUT 264*.

O país se considera um “guardião” do estratégico Oceano Índico, porém, a despeito do enorme esforço nas últimas décadas de robustecimento do seu poder naval, ainda não dispõe dos meios necessários para exercer o controle da região. Contando com apenas 16 submarinos – número muito abaixo dos 76 chineses – a Índia ainda

precisa avançar consideravelmente para ampliar sua capacidade de negação do mar aos potenciais inimigos. Tal realidade impõe ao país sul-asiático a necessidade de recorrer aos atalhos na corrida tecnológica e buscar parceiros para a aquisição dos dispositivos de defesa marítima. Exemplo disso é a parceria com a França e com a Rússia, respectivamente, no projeto de parceria com a classe *Scorpène*, e no arrendamento do submarino nuclear classe *Akula*, bem como com a cooperação na construção do primeiro submarino nuclear indiano, o *INS Arihant*. Há ainda uma proposta feita recentemente por Moscou de desenvolver uma classe destes meios de guerra nucleares que satisfaçam todas as necessidades de Nova Déli, com ampla transferência de tecnologia.

Diante deste quadro de avanço na construção de meios navais de dissuasão, a Índia deve apressar a entrega dos submarinos restantes e não medir esforços para se tornar menos dependente de parceiros na área de defesa. Se Nova Déli pretende exercer mais controle sobre o Índico, é necessário que seja capaz de superar seu principal adversário: a dependência tecnológica.

Concepções da Marinha paquistanesa: a cooperação como estratégia

Rebeca Leite

No dia 8 de setembro de 2019, comemora-se o Dia da Marinha no Paquistão. A data remete à segunda guerra indo-paquistanesa (1965), quando a Força Naval do país atacou a cidade costeira de Dwarka, na Índia, e atingiu uma estação de radares. Ao interromper o sistema de monitoramento, o Paquistão impediu que a Esquadra indiana avançasse no Mar Árabe e ameaçasse sua costa. O episódio é lembrado com entusiasmo, de modo a enaltecer o momento histórico no qual o Paquistão obteve superioridade no mar, para fortalecer o papel da Marinha atualmente.

Historicamente, devido ao conflito terrestre na Caxemira, a elite política paquistanesa esteve mais voltada para demandas do Exército. No entanto, considerando o litoral de aproximadamente 850 km e que 95% do comércio é feito pelo mar, o Paquistão passou a compreender a Marinha como forte instrumento para garantir a segurança costeira e as linhas de comunicação marítimas. Além disso, o avanço do Poder Naval indiano também é uma variável relevante para compreender a atenção dada à Marinha paquistanesa. Assim, Islamabad

precisa lidar com a segurança marítima e contrabalançar o inimigo vizinho.

Dado este cenário, o país busca melhorar sua capacidade de atuação no mar através de acordos de cooperação, participação em exercícios navais, treinamento com Marinhas parceiras e investimento em Defesa. Nesse contexto, a China é o principal parceiro estratégico. Atualmente, o desenvolvimento do Porto de Gwadar, componente marítimo do projeto Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, em inglês), demonstra o quão estreita é esta relação. Neste escopo, a China está construindo quatro Fragatas *Type 054 AP* para compor a Esquadra paquistanesa, com o intuito de responder a desafios futuros no Oceano Índico, bem como para garantir a segurança de tamanha estrutura portuária. Os navios possuem capacidade antiaérea, anti-navio e anti-submarino e serão equipados com sistema de radares e mísseis constituídos também com tecnologia chinesa. Cabe ressaltar que a China ultrapassou os Estados Unidos e é o maior fornecedor de armas para o Paquistão. Tais arranjos político-estratégicos, no entanto,»

impactam a dinâmica de poder no sul da Ásia.

Uma vez que a Índia observa o Oceano Índico como sua zona de influência primária, o avanço de dois inimigos históricos nas proximidades de sua costa aumenta a insegurança e revigora a percepção de ameaça. Assim, à medida que o Paquistão busca desenvolver sua Marinha tendo a China como principal parceiro, o dilema de segurança se aprofunda na região.



SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

O megaprojeto indonésio: erguendo uma nova capital a partir do zero

Matheus Bruno Pereira

Em seu segundo mandato após eleições acirradas (Boletim 91), o presidente da Indonésia, Joko “Jokowi” Widodo, estabeleceu uma nova meta: mudar a capital do país da atual Jakarta, na ilha de Java, para a região de Kalimantan Oriental, na Ilha Borneo. Todo o processo, desde o projeto até a inauguração, teria um prazo ousado, com início em 2020 e término em 2024. É estimado que o gasto com a mudança atinja os US\$ 33 bilhões.

A área metropolitana de Jakarta (que compreende a capital e cidades adjacentes) abriga hoje uma população de 30 milhões, é responsável por cerca de 20% do PIB. A cidade de Jakarta, com 10 milhões de habitantes, além dos altos índices de poluição e o pior tráfego do país, está afundando cerca de 20 cm a cada ano (40% de Jakarta já está abaixo do nível do mar). A região escolhida localiza-se a 1400 quilômetros da capital atual; a nova cidade de 40 mil hectares estaria na parte mais segura do país, no coração da Indonésia, menos suscetível a desastres naturais. Jakarta manteria o posto de centro financeiro.

Borneo é uma das áreas menos povoadas e relevantes

economicamente, possuindo apenas 5,8% da população e contribuindo com 8,2% do PIB, o que gerou discussões sobre se a escolha não arriscaria deixar a nova capital isolada do resto do país. Com isso, uma das diligências para o projeto é o fácil acesso ao mar, em virtude da característica geográfica do país, que é composto por pouco mais de 17 mil ilhas, principalmente no que diz respeito à capacidade de ação da Marinha indonésia, que possui suas esquadras e o quartel general localizados na ilha de Java. Apesar de outras bases ao longo do arquipélago, é necessária uma atenção especial para que a capital não fique distante de qualquer apoio naval imediato.

Apesar de ter alcançado um crescimento econômico de 5% nos últimos anos, a Indonésia está com uma dívida externa considerável, colocando em cheque a viabilidade econômica do projeto. Portanto, custos e logística para erguer a nova capital podem afundar a credibilidade de Jokowi, tornando seu segundo mandato extenuante, sob risco de deixar um mau legado para a economia indonésia.



Trump deve vetar legislação que visa proteger santuário ambiental no Ártico

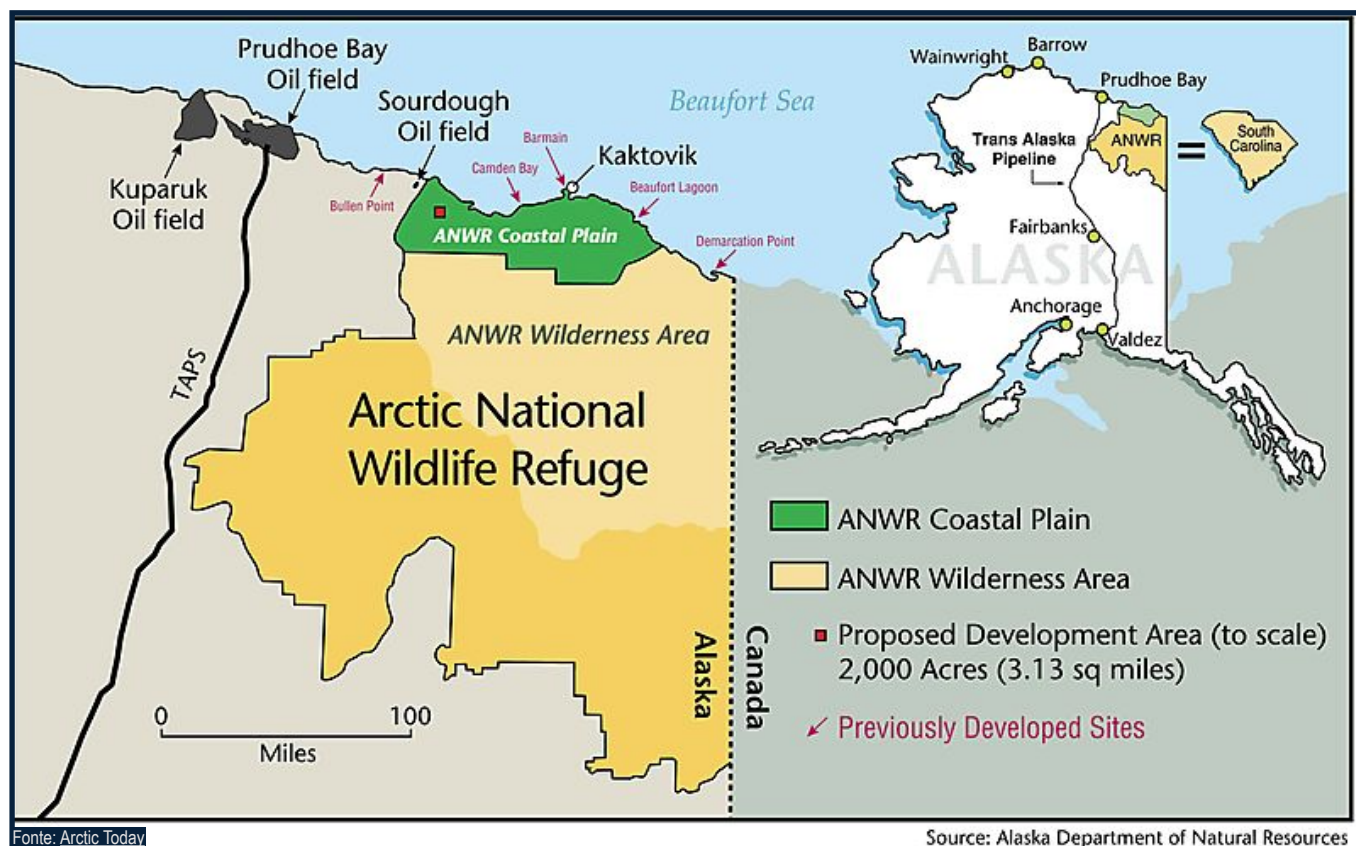
Laila Lorenzon

Desde sua eleição, o presidente norte-americano, Donald Trump, deixa clara a sua posição no que concerne assuntos climáticos, já tendo afirmado diversas vezes que nega a existência do aquecimento global e que a preservação ambiental não é um de seus assuntos prioritários. Nesse sentido, em 12 de setembro deste ano, foi levada ao Congresso dos Estados Unidos uma proposta de legislação com o intuito de dar continuidade à preservação da ANWR (Refúgio Nacional de Vida Selvagem no Ártico, em inglês) e impedir a exploração de óleo e gás na região. Esse movimento foi iniciado pelo partido democrático, porém é pouco provável que a proposta tenha apoio do Senado, visto que esse é composto majoritariamente por Republicanos, que já se manifestaram contra a medida. Ainda assim, Trump expressou que mesmo que a proposta passe entre os senadores, ele irá vetar qualquer tentativa de impedir a exploração de óleo e gás nos Estados Unidos, independente da região.

O ANWR é o maior santuário de vida selvagem existente nos EUA e é considerado por alguns especialistas como um dos únicos lugares na Terra ainda

preservados e livre de exploração humana, abrigando mais diversidade do que qualquer outro lugar no Ártico. A preservação da região se faz necessária, na medida em que o local abriga mais de 200 espécies de animais selvagens, e a continuidade de sua preservação pode vir a servir como exemplo para os vários países que ainda não atentaram para a importância da introdução de questões ambientais em suas agendas políticas.

O argumento principal que sustenta a liberalização da presença de indústrias de óleo e gás na região é de que a proibição tornaria os EUA mais dependentes do petróleo estrangeiro e suscetíveis ao jogo político de grandes produtores como a Rússia e a Arábia Saudita. Essa não é a primeira tentativa de abrir o santuário ártico para a exploração, já tendo ocorrido votações nos anos de 1995 e 2005, que não aprovaram a utilização de recursos árticos. Da mesma forma, diante da conjuntura atual, é altamente provável que a proposta seja vetada, intensificando a contenda geopolítica na região ártica, cada vez menos pautada pela preservação ambiental e mais direcionada para fins econômicos.



- ▶ [Who Lost Argentina, Again?](#)
PROJECT SYNDICATE, Mohamed A. El-Erian
- ▶ [Sneak Preview: First Draft of Russia's AI Strategy](#)
DEFENSE ONE, Samuel Bendett
- ▶ [Israel's Power Paradox](#)
NATIONAL INTEREST, Eyal Tsir Cohen e Eliora Katz
- ▶ [Is Asia Ready for an Indo-Russian Order?](#)
THE DIPLOMAT, Carl Jaison
- ▶ [Brexit: What does Yellowhammer say about no-deal impact?](#)
BBC
- ▶ [Examining Autonomous Ships' Vulnerability to Piracy](#)
MARITIME EXECUTIVE, Thibaut Eude
- ▶ [Data has paralleled oil in becoming an intensely political national security issue](#)
THE HILL, Gregory F. Treverton e Pari Esfandiari
- ▶ [The Geopolitics of Iran's Refinery Attack](#)
GEOPOLITICAL FUTURES, George Friedman

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

SETEMBRO

17-30 Assembleia Geral da ONU

20 Encontro entre o primeiro-ministro australiano, Scott Morrison, e Donald Trump

23 Encontro entre Turquia e Rússia no Irã, para discutir a guerra na Síria

28 Eleições presidenciais no Afeganistão

OUTUBRO

01 70 anos da República Popular da China

15 Eleições gerais em Moçambique

20 Eleições presidenciais na Bolívia

24-25 Visita do presidente Jair Bolsonaro à China

27 Eleições presidenciais na Argentina

27 Eleições presidenciais na Uruguai

31 Novo prazo para o BREXIT

- **A complexidade geopolítica da fronteira colombo-venezuelana**

FEDIRKA, A. [The New US Strategy to Remove Maduro in Venezuela](#). Geopolitical Futures (GPF), 09 set. 2019. Acesso em: 10 set. 2019.
SIERRA, J. R. [Colombia: una paz fallida](#). Nueva Sociedad, jun. 2019. Acesso em: 10 set. 2019.

- **Pressões estadunidenses: AMLO frente a crise migratória**

[¿Cómo y dónde mueren migrantes al cruzar de México a EE.UU.?](#) Telesur, 16 jun. 2019. Acesso em: 29 jun. 2019.
CULLELL, J. M. [México triplica deportaciones de migrantes centro-americanos sob Obrador](#). El País, 10 mai. 2019. Acesso em: 29 jun. 2019.

- **Novo sistema caça-minas será empregado pela Marinha estadunidense**

GOLDSTEIN, L. [Chinese Sea Mines Are Threatening the U.S. Navy](#). National Interest, 13 set. 2019. Acesso em: 14 set. 2019.
LARTER, D. [US Navy makes a major breakthrough in autonomous weaponry](#). Defense News, 10 set. 2019. Acesso em: 14 set. 2019.

- **São Tomé e Príncipe e a vocação marítima**

PR: [“O país não pode manter e nem conservar as forças militares que tem hoje”](#). Téla Nón, 08 set. 2019. Acesso em: 10 set. 2019.
São Tomé e Príncipe: [4º relatório ITIE 2016-2017](#). PWC, 25 fev. 2019. Acesso em: 10 set. 2019.

- **Egito, República do Chipre e Grécia reforçam intenção de cooperação energética**

ANDREI, R. [The Cyprus Issue and Natural gas in the Eastern Mediterranean](#). EurasiaReview, 03 set. 2019. Acesso em: 10 set. 2019.
EL-BEY, D. [Energy cooperation boosts growing trilateral alliance between Egypt, Greece and Cyprus](#). Ahramonline, 10 ago. 2019. Acesso em: 10 set. 2019.

- **Yellowhammer: o pior cenário do Brexit**

[Operation Yellowhammer: HMG Reasonable Worst Case Planning Assumptions](#). Official Sensitive. Reino Unido, 02 ago. 2019. Acesso em: 14 set. 2019.
SPARROW, A; WALLAWAKAR, A. [Brexit: government publishes Operation Yellowhammer documents – live news](#). Guardian, 12 set. 2019. Acesso em: 14 set. 2019.

- **Xisto: esperança de crescimento econômico para o Bahrein?**

[Bahrain looking to develop Khaleej al-Bahrain oil field](#). The Arab Weekly, 24 mar. 2019. Acesso em: 13 set. 2019.
[80 Billion Barrels of ‘Oil in Place’ Identified in Bahrain](#). National Oil & Gas Authority, 04 abr. 2019. Acesso em: 13 set. 2019.

- **O papel dos Emirados Árabes Unidos como hub marítimo internacional**

VENABLES, M. [UAE Presence Grows in the Maritime World](#). Marine Link, 13 ago. 2019. Acesso em: 13 set. 2019.
Seaports. [Emirados Árabes Unidos](#), 13 out. 2018. Acesso em: 13 set. 2019.

- **Fórum Econômico Oriental e as relações russo-indianas**

FERRIES-ROTMAN, A. [Russia, India agree to more military cooperation](#). The Washington Post, 04 set. 2019. Acesso 13 set. 2019.
BAGCHI, I. [Far East comes near: Modi’s ambitious move to diversify India-Russia relations](#). India Times, Economic Times, 07 set. 2019. Acesso em: 13 set. 2019.

- **A Marinha da China acompanhando a expansão comercial marítima do país**

O’DEA, C. [China’s Commercial Maritime Expansion Raises Security Concerns](#). National Review, 08 mai. 2018. Acesso em: 14 set. 2019.
[China Merchants Ports Holdings conclui aquisição do grupo brasileiro TCP Participações](#). Macau Hub, 23 fev. 2018. Acesso em: 14 set. 2019.

- **Índia pronta para comissionar mais um submarino**

[India’s 2nd Scorpene-class submarine to be commissioned on September 28](#). Economic Times, 11 set. 2019. Acesso em: 11 set. 2019.
GADY, F. [India’s Second Kalvari-Class Attack Sub to Be Commissioned This Month](#). The Diplomat, 10 set. 2019. Acesso em: 11/09/2019.

- **Concepções da Marinha paquistanesa: a cooperação como estratégia**

[Message from chief of the Naval Staff on Navy Day](#). Daily Times, 08 set. 2019. Acesso em: 11 set. 2019.
REHMAN, D. [China starts building the largest and most advanced warship for Pakistan Navy](#). Daily Pakistan. Acesso em: 11 set. 2019.

- **O megaprojeto indonésio: erguendo uma nova capital a partir do zero**

[Joko Widodo Elects East Kalimantan to be Indonesia’s new capital to replace sinking Jakarta](#). The Japan Times, 26 ago. 2019. Acesso em: 30 ago. 2019.
BOARD, J. [Leaving Jakarta: Indonesia accelerates plans for ‘green, smart’ capital in the middle of Borneo Wilderness](#). Channel New Asia, 29 jun. 2019. Acesso em: 30 ago. 2019.

- **Trump deve vetar legislação que visa proteger santuário ambiental no Ártico**

O’REILLY, A. [House votes to ban drilling in Arctic refuge](#). Fox News, 13 set. 2019. Acesso em: 13 set. 2019.
NEWBURGER, E. [House passes two bills blocking oil and gas drilling off Pacific, Atlantic and Florida Gulf coasts](#). CNBC, 11 set. 2019. Acesso em: 13 set. 2019.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Programa de Pós-Graduação em

ESTUDOS MARÍTIMOS



Doutorado e Mestrado Profissionais

Área de Concentração: Defesa, Governança e Segurança Marítimas

Linhas de Pesquisa

Política e Estratégia Marítimas

Regulação do Uso do Mar, Processo Decisório e Métodos Prospectivos

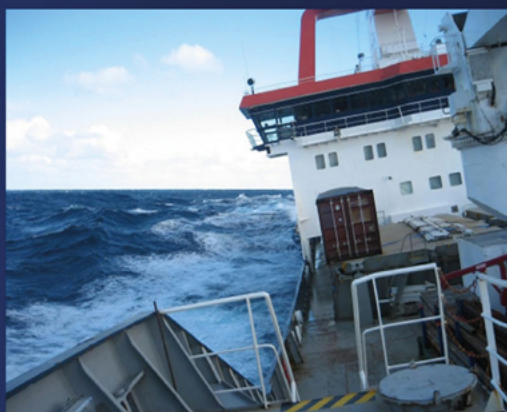
Política e Gestão em Ciência, Tecnologia e Inovação no Ambiente Marítimo

Processo Seletivo: Turma 2020

Inscrições abertas de 12 de agosto de 2019 até 27 de setembro de 2019

Curso Gratuito

Processo Seletivo para Civis e Militares



PPGEM

Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos

Informações: www.ppgem.egn.mar.mil.br

Av. Pasteur, 480 - Urca - Rio de Janeiro - Brasil

Tel: +55 (21) 2546-9325